



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA
GERENCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTRATOS E ATOS CONGÊNERES

PROCESSO Nº 60586.000589/2020-96

TERMO DE CONTRATO Nº 037/2020-MD, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA DEFESA (MD)/DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA (DEADI) E A EMPRESA BRASOFTWARE INFORMÁTICA LTDA.

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DA DEFESA (MD) - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA (DEADI)**, CNPJ nº **03.277.610/0001-25**, doravante denominado **CONTRATANTE**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco “Q”, CEP 70049-900, na cidade de Brasília-DF, neste ato representado pelo Diretor do Departamento de Administração Interna, o Contra-Almirante (IM) **ALEXANDRE CHAVES DE JESUS**, nomeado pela Portaria nº 5.032/GM-MD, de 23/12/2019 (publicada no DOU nº 1, Seção 2 de 02/01/2020), delegação de competência advinda da Portaria nº 101/SEORI/SG, de 16/3/2016 (publicada no DOU nº 57, de 24/3/2016) e Portaria nº 2.766/SEORI/SG-MD, de 18/08/2020 (publicada no Boletim Interno nº 034, de 21/08/2020), CPF nº 905.655.337-20, portador da Carteira de Identidade Militar nº 425125, residente e domiciliado nesta Capital, e a empresa **BRASOFTWARE INFORMÁTICA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº **57.142.978/0001-05**, doravante designada **CONTRATADA**, sediada na Rua Marina La Regina, 227 – 3º andar, Poá, São Paulo/SP, neste ato representada pela Senhora **ARIANE ANDRADE DOS SANTOS**, portadora da Carteira de Identidade nº 29.598.134-9/SSP-SP e CPF nº 270.418.898-07, tendo em vista o que consta no Processo nº **60586.000589/2020-96** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei nº 8.248, de 22 de outubro de 1991, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de Abril de 2019 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão por Sistema de Registro de Preços nº 48/2020**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **contratação de subscrições de softwares Microsoft, com direito a atualização e suporte, pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período até o limite de 48 meses**, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

Grupo	ID	Descrição do Bem ou Serviço	Código CATSER	Qtd.	Métrica ou Unidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
I	1	O365E1 ShrdSvr ALNG	26077	1750	Subscrição	268,50	469.875,00

	SubsVL MVL PerUsr			anual		
2	WinE3 ALNG SubsVL MVL PerUsr.	26077	1750	Subscrição anual	288,71	505.242,50
3	EntMobandSecE3Full ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr.	26077	1750	Subscrição anual	385,55	674.712,50
4	Microsoft®Office365E3 ShrdSvr AllLng StepUp MVL	26077	1750	Subscrição anual	486,65	851.637,50
	1License Office365E1 PerUsr.					
5	VisioPlan2FrmSA ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr.	26077	20	Subscrição anual	413,71	8.274,20
6	CISSteDCCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic.	26077	296	Subscrição anual	1.166,11	345.168,56
7	CISSteStdCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic.	26077	232	Subscrição anual	285,88	66.324,16
8	SQLSvrEntCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic.	26077	22	Subscrição anual	16.764,24	368.813,28
9	Project Plan3 FrmSA Shared All Lng Subs VL MVL Per User.	26077	20	Subscrição anual	375,31	7.506,20
10	Project Plan1ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr.	26077	200	Subscrição anual	391,94	78.388,00
11	PwrBIPPro ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr.	26077	25	Subscrição anual	375,39	9.384,75
CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO						R\$ 3.385.326,65

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com **início na data de 22/12/2020 e encerramento em 22/12/2021**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP nº 05/2017, atentando, em especial para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.6. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

3.1. O custo total desta contratação é de **R\$ 3.385.326,65 (três milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, trezentos e vinte e seis reais e sessenta e cinco centavos)**.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

4.1.1. Órgão: 52101

4.1.2. PTRES: 168638/189022

4.1.3. Fonte: 100/0144

4.1.4. Programa de Trabalho: 05122003220000001 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo

4.1.5. Natureza de Despesa: 33.90.40.19 - Comp Nuvem Software como Ser/SAAS

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO RESTRITO

6.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.2. Dentro do prazo de vigência do contrato, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, onde o reajuste deve ser automático e periodicamente realizado, de Ofício pela Administração (Contratante), aplicando-se o Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI), apurado mensalmente pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Mesmo tratando-se de software desenvolvido por empresa estrangeira, o reajuste de preço da manutenção NÃO estará vinculado às variações do dólar.

6.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

6.10. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.11. O ICTI poderá ser obtido em: <http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/tag/icti/>

CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. O adjudicatário, no prazo de 10 (dez dias) após a assinatura do Termo de Contrato e, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

7.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

7.2.1. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

7.2.2. seguro-garantia;

7.2.3. fiança bancária.

7.3. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor do contratante.

7.4. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

7.5. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

7.6. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

7.7. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (Artigo 56, §4º da Lei nº 8666/93).

CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO (ANS)

10.1. Os Acordos de Níveis de Serviços (ANS) da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

11.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

11.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

11.1.3. apresentar documentação falsa;

11.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

11.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.1.6. não mantiver a proposta;

11.1.7. cometer fraude fiscal;

11.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

11.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

11.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

11.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

11.4.2. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

11.4.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar no âmbito do MINISTÉRIO DA DEFESA (MD), por até 2 (dois) anos.

11.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

11.4.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

11.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

11.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

11.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

11.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

13.3. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

13.4. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MPDG nº 05, de 2017.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, as partes contratantes e as testemunhas assinam o presente Contrato, depois de lido e aceito, dele sendo extraídas as cópias necessárias à sua execução.

Pelo Contratante:

ALEXANDRE CHAVES DE JESUS
Contra-Almirante (IM)
Diretor

Pela Contratada:

ARIANE ANDRADE DOS SANTOS
Representante da Empresa

Testemunhas:

ALEXANDRE SERGIO PIOVESAN
Gestor do Contrato

FRANCISCO DE JESUS PEREIRA
Fiscal Requisitante

NAYARA MOTA COSTA
Fiscal Técnico



Documento assinado eletronicamente por **Nayara Mota Costa, Supervisor (a)**, em 21/12/2020, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO DE JESUS PEREIRA, Fiscal de Contrato - Requisitante**, em 21/12/2020, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE SÉRGIO PIOVESAN, Gerente**, em 21/12/2020, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **ARIANE ANDRADE DOS SANTOS, Usuário Externo**, em 21/12/2020, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Chaves de Jesus, Diretor**, em 21/12/2020, às 18:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **3061804** e o código CRC **A8257FB7**.

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA**EXTRATO DE CONTRATO Nº 37/2020 - UASG 110404**

Nº Processo: 60586000589202096.

PREGÃO SRP Nº 48/2020. Contratante: MINISTÉRIO DA DEFESA -.CNPJ Contratado: 57142978000105. Contratado : BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA -.Objeto: Contratação de subscrições de softwares Microsoft, com direito a atualização e suporte, pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período até o limite de 48 meses.Fundamento Legal: 8666/93 . Vigência: 22/12/2020 a 22/12/2021. Valor Total: R\$3.385.326,65. Fonte: 100000000 - 2020NE801274 Fonte: 144000000 - 2020NE801275 Fonte: 100000000 - 2020NE801345 Fonte: 144000000 - 2020NE801346. Data de Assinatura: 21/12/2020.

(SICON - 28/12/2020) 110404-00001-2020NE800324

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 51/2020

Processo nº 60041.001677/2019-29. Vencedora: MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA. CNPJ: 04.198.254/0001-17. Valor R\$ 136.500,00

MARIA ZENÁDIA RODRIGUES BRITO FRANÇA
Pregoeira

(SIDEI - 28/12/2020) 110404-00001-2020NE800324

GERÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**AVISO DE PENALIDADE Nº 9/2020**

O Gerente de Orçamento e Finanças do Departamento de Administração Interna torna público a Sanção Administrativa aplicada à empresa FLEX SERVIÇOS GERAIS LTDA, CNPJ: 07.293.122/0001-62, de Impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de 1 (um) ano, nos termos do subitem 17.1.3.5 do item 17 do Termo de Referência do Edital, do Pregão Eletrônico nº 15/2017-MD e de acordo com o art 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e Multa compensatória no valor de R\$ 104.737,98 (cento e quatro mil, setecentos e trinta e sete reais e noventa e oito centavos) nos termos da Cláusula 11ª do Contrato 14/2017 e, Tabelas nº 1 e 2 da Cláusula 116ª do Contrato 14/2017- TABELA DE DESCONTOS DOS NÍVEIS DE SERVIÇO. Esta decisão foi aplicada por meio do Despacho Decisório nº 75/NUCORR/DEADI/SEORI/SG-MD, pelo Senhor Diretor Contra-Almirante (IM) ALEXANDRE CHAVES DE JESUS, do Departamento de Administração Interna. Decisão está aplicada após regular processo Administrativo 60584.000992/2018-11.

LUCIANO PFEIFER MACEDO

AVISO DE PENALIDADE Nº 8/2020

O Gerente de Orçamento e Finanças do Departamento de Administração Interna torna público a Sanção Administrativa de Advertência aplicada à empresa GOLD COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, CNPJ: 11.464.383/0001-75, de Advertência, nos termos do inciso I do art. 87 da Lei 8.666/93, combinado com art. 9 da Lei 10.520/02 e respaldo na dosimetria apresentada no Parecer nº 00515/2019/CONJURMD/CGU/AGU, de 17 de julho de 2019. Esta decisão foi aplicada por meio do Despacho Decisório nº 48/NUCORR/DEADI/SEORI/SG-MD/2020, pelo Senhor Diretor Contra-Almirante (IM) ALEXANDRE CHAVES DE JESUS, do Departamento de Administração Interna. Decisão está aplicada após regular processo Administrativo sob nº 60584.000203/2019-22.

LUCIANO PFEIFER MACEDO

COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO-GERAL DE APOIO
CENTRO LOGÍSTICO**AVISO DE LICITAÇÃO**
BIDDING PROCESS Nº 35/BACE/2020

TIPO: BIDDING PROCESS Nº 35/BACE/2020. OBJETO: Transporte de bagagem internacional desacompanhada porta a porta para militar em retorno de missão no exterior, nos trechos Pretoria (África do Sul) - Brasília (Brasil) disponível em www2.fab.mil.br/cabe/. ENTREGA DE DOCUMENTOS E ABERTURA DE ENVELOPES DE QUALIFICAÇÃO: 06 de janeiro de 2021, às 11:00h. MAIS INFORMAÇÕES: De Segunda a Sexta, das 11:00 às 17:00h (GMT), na Divisão de Licitações e Contratos, no endereço 16 'Unido ou endereço eletrônico bid@bace.org.uk.

A DOCUMENTAÇÃO SOBRE A LICITAÇÃO PODE SER OBTIDA na Comissão Aeronáutica Brasileira na Europa localizada no endereço mencionado acima ou pelo website: www2.fab.mil.br/cabe na aba Announcements.

Londres, 22 de dezembro de 2020.
JORGE MAURICIO MOTTA Cel Av
Chefe da CABE

COMANDO-GERAL DO PESSOAL
DIRETORIA DE ENSINO
ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES DO AR
DIVISÃO ADMINISTRATIVA**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2020 - UASG 120634**

Número do Credenciamento: 1/2020.

Nº Processo: 67441003788202040. Contratante: COMANDO DA AERONAUTICA -.CNPJ Contratado: 19558675000189. Contratado : CENTRO DE ASSISTENCIA -PSICOTERAPEUTICA EIRELI. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Credenciamento nº 01/2020 até o dia 31/12/2021 e atualizar os preços contratados, em conformidade com a cláusula sétima do referido contrato, cujo objeto é a prestação de serviço de assistência médica-hospitalar em psiquiatria. Fundamento Legal: Inciso II do art. 57 e §1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93. Vigência: 01/01/2021 a 31/12/2021. Valor Total: R\$500.000,00. Fonte: 270120350 - 2020NE800379. Data de Assinatura: 21/12/2020.

(SICON - 28/12/2020) 120634-00001-2020NE800072

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2020 - UASG 120634

Número do Credenciamento: 2/2020.

Nº Processo: 67441003885202032. Contratante: COMANDO DA AERONAUTICA -.CNPJ Contratado: 19557487000136. Contratado : CENTRO BARBACENSE DE ASSISTENCIA MEDICA E SOCIAL. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Credenciamento nº 02/2020 até o dia 31/12/2021 e atualizar os preços contratados, em conformidade com a cláusula sétima do referido contrato, cujo objeto é a prestação de serviço de assistência médica-hospitalar em geral. Fundamento Legal: Inciso II do art. 57 e §1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93. Vigência: 01/01/2021 a 31/12/2021. Valor Total: R\$900.000,00. Fonte: 270120350 - 2020NE800281. Data de Assinatura: 21/12/2020.

(SICON - 28/12/2020) 120634-00001-2020NE800072

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2020 - UASG 120634

Número do Credenciamento: 3/2020.

Nº Processo: 67441003886202087. Contratante: COMANDO DA AERONAUTICA -.CNPJ Contratado: 17082892000110. Contratado : SANTA CASA DE MISERICORDIA DE - BARBACENA. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Credenciamento nº 03/2020 até o dia 31/12/2021 e atualizar os preços contratados, em conformidade com a cláusula sétima do referido contrato, cujo objeto é a prestação de serviço de assistência médica-hospitalar em geral. Fundamento Legal: Art. 57, II e §1º art. 65, da Lei 8.666/93. Vigência: 01/01/2021 a 31/12/2021. Valor Total: R\$900.000,00. Fonte: 270120350 - 2020NE800352. Data de Assinatura: 21/12/2020.

(SICON - 28/12/2020) 120634-00001-2020NE800072

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2020 - UASG 120634

Número do Credenciamento: 4/2020.

Nº Processo: 67441003902202031. Contratante: COMANDO DA AERONAUTICA -.CNPJ Contratado: 21575709000195. Contratado : SANTA CASA DE MISERICORDIA DE JUIZ DE FORA. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Credenciamento nº 04/2020 até o dia 31/12/2021 e atualizar os preços contratados, em conformidade com a cláusula sétima do referido contrato, cujo objeto é a prestação de serviço de assistência médica-hospitalar em geral. Fundamento Legal: Inciso II do art. 57 e §1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93. Vigência: 01/01/2021 a 31/12/2021. Valor Total: R\$900.000,00. Fonte: 270120350 - 2020NE800364. Data de Assinatura: 21/12/2020.

(SICON - 28/12/2020) 120634-00001-2020NE800072

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2020 - UASG 120634

Número do Credenciamento: 5/2020.

Nº Processo: 67441003903202086. Contratante: COMANDO DA AERONAUTICA -.CNPJ Contratado: 17084005000142. Contratado : INST MATERN ASSIST A INFANC E -POLICLIN DE BARBACENA. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Credenciamento nº 05/2020 até o dia 31/12/2021 e atualizar os preços contratados, em conformidade com a cláusula sétima do referido contrato, cujo objeto é a prestação de serviço de assistência médica-hospitalar em geral. Fundamento Legal: Inciso II do art. 57 e §1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93. Vigência: 01/01/2021 a 31/12/2021. Valor Total: R\$700.000,00. Fonte: 270120350 - 2020NE800380. Data de Assinatura: 21/12/2020.

(SICON - 28/12/2020) 120634-00001-2020NE800072

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2020 - UASG 120634

Número do Credenciamento: 6/2020.

Nº Processo: 67441003904202021. Contratante: COMANDO DA AERONAUTICA -.CNPJ Contratado: 38680013000202. Contratado : VILA VERDE SAUDE MENTAL LTDA -.Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Credenciamento nº 06/2020 até o dia 31/12/2021 e atualizar os preços contratados, em conformidade com a cláusula sétima do referido contrato, cujo objeto é a prestação de serviço de assistência médica-hospitalar em psiquiatria. Fundamento Legal: Inciso II do art. 57 e §1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93. Vigência: 01/01/2021 a 31/12/2021. Valor Total: R\$900.000,00. Fonte: 270120350 - 2020NE800397. Data de Assinatura: 21/12/2020.

(SICON - 28/12/2020) 120634-00001-2020NE800072

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2020 - UASG 120634

Número do Credenciamento: 7/2020.

Nº Processo: 67441003905202075. Contratante: COMANDO DA AERONAUTICA -.CNPJ Contratado: 26130666000158. Contratado : LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS ECITOPATOLOGIA DE BAR. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Credenciamento nº 07/2020 até o dia 31/12/2021 e atualizar os preços contratados, em conformidade com a cláusula sétima do referido contrato, cujo objeto é a prestação de serviço profissional de atendimento médico/hospitalar abrangendo exames de análises clínicas, citopatologia, anatomopatologia, imuno-histoquímica. Fundamento Legal: Inciso II do art. 57 e §1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93. Vigência: 01/01/2021 a 31/12/2021. Valor Total: R\$400.000,00. Fonte: 270120350 - 2020NE800316. Data de Assinatura: 21/12/2020.

(SICON - 28/12/2020) 120634-00001-2020NE800072

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2020 - UASG 120634

Número do Credenciamento: 8/2020.

Nº Processo: 67441003906202010. Contratante: COMANDO DA AERONAUTICA -.CNPJ Contratado: 17092297000165. Contratado : VAZ DE MELLO LABORATORIOS LTDA -.Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Credenciamento nº 08/2020 até o dia 31/12/2021 e atualizar os preços contratados, em conformidade com a cláusula sétima do referido contrato, cujo objeto é a prestação de serviço profissional de atendimento médico/hospitalar abrangendo exames de análises clínicas, citopatologia, anatomopatologia, imuno-histoquímica. Fundamento Legal: Inciso II do art. 57 e §1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93. Vigência: 01/01/2021 a 31/12/2021. Valor Total: R\$300.000,00. Fonte: 270120350 - 2020NE800394. Data de Assinatura: 21/12/2020.

(SICON - 28/12/2020) 120634-00001-2020NE800072

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2020 - UASG 120634

Número do Credenciamento: 9/2020.

Nº Processo: 67441003907202064. Contratante: COMANDO DA AERONAUTICA -.CNPJ Contratado: 20452470000101. Contratado : INSTITUTO DE ANALISES CLINICAS -CARLOS CHAGAS LTDA. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Credenciamento nº 09/2020 até o dia 31/12/2021 e atualizar os preços contratados, em conformidade com a cláusula sétima do referido contrato, cujo objeto é a prestação de serviço profissional de atendimento médico/hospitalar abrangendo exames de análises clínicas, citopatologia e anatomopatologia. Fundamento Legal: Inciso II do art. 57 e §1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93. Vigência: 01/01/2021 a 31/12/2021. Valor Total: R\$100.000,00. Fonte: 270120350 - 2020NE800398. Data de Assinatura: 21/12/2020.

(SICON - 28/12/2020) 120634-00001-2020NE800072

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2020 - UASG 120634

Número do Credenciamento: 10/2020.

Nº Processo: 67441003909202053. Contratante: COMANDO DA AERONAUTICA -.CNPJ Contratado: 21580956000180. Contratado : LABORATORIO CORTES VILLELA LTDA. -.Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Credenciamento nº 10/2020 até o dia 31/12/2021 e atualizar os preços contratados, em conformidade com a cláusula sétima do referido contrato, cujo objeto é a prestação de serviço profissional de atendimento médico/hospitalar abrangendo exames de análises clínicas, citopatologia, anatomopatologia, imuno-histoquímica. Fundamento Legal: Inciso II do art. 57 e §1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93. Vigência: 01/01/2021 a 31/12/2021. Valor Total: R\$200.000,00. Fonte: 270120350 - 2020NE800350. Data de Assinatura: 21/12/2020.

(SICON - 28/12/2020) 120634-00001-2020NE800072

